

O Movimento Feminino em Prol da Democracia. Recife, 1945-1955¹

Zélia de Oliveira Gominho* .

Resumo: Movimento Feminino era o título de uma pequena seção do jornal Folha do Povo (PE), de 1947, que foi ganhando mais espaço aos poucos. A proposta é estudar a experiência democrática de mulheres num intervalo delicado da história do país, quando elas sobressaem, em grupo ou individualmente, lutando pela democracia: organizadas nos Comitês em Prol da Democracia, nas Associações de Donas de Casa, em clubes, etc; e concorrendo e conquistando cargos eletivos; como também, o que expressam, particularmente personalidades femininas da literatura da época, a respeito das mudanças sociais e políticas em curso, bem como sobre a própria problemática da mulher no universo dominador masculino das décadas de 40 e 50.

Palavras-chave: Mulher – Democracia – Pós-Estado Novo

Abstract: Women's movement was the title of a small section of the newspaper Folha do Povo (PE), 1947, which was gaining more space to the few. The proposal is to study the democratic experience of women in a range of sensitive history of the country, out where they, individually or in groups, fighting for democracy: Committees held on to democracy, the Associations of housewives, in clubs, etc.; and competing and winning elective office, as well as the express, particularly female personalities of the literature of the time, about the social and political changes underway, and on the very issue of women in male dominant world of the decades of 40 and 50 .

Keywords: Women – Democracy – Post-New State

O ano é 2003. Uma octogenária senhora, médica aposentada e adepta do Seicho-no-Ye, publica suas memórias com o título *Na Correnteza da Vida* (Porto Alegre: Renascença). O livro surgiu a partir de lembranças gravadas e escritas por ela mesma. Depois familiares a ajudaram a compilar e editar o texto final. O propósito da memorialista era prestar “uma homenagem de gratidão aos antepassados”. O texto oferece uma experiência de vida; uma tentativa da autora de expor suas dificuldades em lidar consigo mesma, com suas limitações e complexos. Até aí, mesmo pelo ambiente espiritualista que representa, o livro poderia passar despercebido para o interesse acadêmico. Contudo, a autora, Cândida Maranhão Otero, foi uma militante do Partido Comunista do Brasil (PCB) muito atuante na década de 40 no Recife; esposa do companheiro de partido Francisco Antonio Leivas Otero, que, em 1946, foi deputado constituinte por Pernambuco. Seus irmãos, Luiz Ignácio Maranhão Filho e Djalma Maranhão, também trilharam pelo sonho socialista. Cândida conviveu com personalidades

¹ Este artigo faz parte de minha tese de doutorado “A Experiência Democrática no Pós-Estado Novo”, no momento em construção; é um dos subtítulos do II capítulo.

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

políticas importantes no movimento socialista brasileiro, como: Luís Carlos Prestes, Jorge Amado, Davi Capistrano, Ivan Ribeiro, Agildo Barata, Rui Antunes, Alcedo Coutinho, Gregório Bezerra e Adalgisa Cavalcanti. Foi repórter do jornal Folha do Povo (Recife) nos anos 40 e locutora da Rádio Moscou nos anos 60.

O pequeno livro de Cândida toma, então, outra feição e nos oferece um relato de memória de tempos passados no Rio Grande do Norte, no Recife, no Rio de Janeiro, em Moscou, no Rio Grande do Sul, no Japão, entre outros lugares; da difícil e boa infância no Ceará-Mirim, ao entusiasmo juvenil nas mobilizações políticas do Recife; depois, não só como partidária, mas acompanhando o esposo em suas empreitadas pelo PCB, e, por fim, viúva, mas ainda atuante no trabalho junto aos jovens.

O relato de Cândida, a princípio, pretende seguir uma linearidade, no entanto, como se passasse por várias sessões com um psicanalista – e, em certo momento, ela transcreve o que expressou na terapia regressiva que fez com uma psicóloga e preletora da Seicho-no-Ye - ela vai desvelando a alma e os acontecimentos que vivenciou; e, assim, por vezes, assuntos são retomados para dizer o que antes não se sentia à vontade em expressar, principalmente com relação a questões familiares relacionadas ao pai. Contudo, *Na Correnteza da Vida* não é uma narrativa preocupada em ser precisa nas datas e nos acontecimentos, mas, principalmente, em deixar falar o coração: ajustar, perdoar [a si mesma], agradecer e homenagear; uma maneira de desfazer-se do peso que incomoda, e ressaltar como um prêmio o conteúdo da bagagem que se viveu; este foi o propósito para autora; no entanto, o olhar do historiador busca os detalhes de um tempo passado, a reprodução do vivido, o sentido de uma época, e o foco de Cândida é outro. No entanto, o historiador pode encará-la como representante de uma geração; ou melhor: de um grupo social do gênero feminino, que não se adequou plenamente aos padrões socioculturais da época, e atuou de maneira diversa da maioria.

Cândida, Adalgisa, Júlia, e tantas outras, foram mulheres que se envolveram com a luta operária e, conseqüentemente, com a luta política partidária nas décadas de 40 e 50; período que é recortado aqui, mas que não limita o tempo de atuação dessas mulheres na vida política do seu lugar e do país.

A democracia, nesse período, é um ideal muito valorizado na política; no entanto, as relações sociais e de trabalho, e especialmente familiares, continuam sendo predominantemente autoritárias e conservadoras. Por volta de novembro de 1945, a escritora Lúcia Miguel Pereira com o artigo Casamento e Carreira, publicado no Diário de Pernambuco (04.11.1945), na seção dominical dedicada à literatura, comenta sobre as dificuldades das

mulheres que perderam seus maridos, noivos e possíveis companheiros na guerra. Na semana seguinte (11.11.1945), Raquel de Queiroz diz que a problemática pode ser encontrada também no Brasil com a mulher de província; que perde a oportunidade de matrimônio por falta de homens, estes saíram de sua cidade natal para tentar a vida em outros lugares, e por lá ficaram casados ou mortalmente impedidos de voltar, como era o caso daqueles saíam dos sertões do Nordeste para enfrentar o inferno verde da Amazônia. Na semana seguinte, Lúcia responde Raquel com o artigo Solteironas e Celibatárias, onde expõe sobre outras possibilidades de relacionamento afetivo-social. Um outro artigo publicado em vinte e cinco de novembro do mesmo ano, assinado por Claire Trevor, oferece dicas que fazem o sucesso da amante em detrimento da esposa diante do marido. Observa-se, assim, para a sociedade da época, a importância do casamento. No entanto, nesse trecho de Solteironas e Celibatárias, Lúcia Pereira comenta:

Se o mundo fosse como a retardatária província brasileira, com a sua vida arrastada e pacata, se todas as mulheres fossem como nossas provincianas, tímidas e submissas, haveria apenas no fato de ficarem solteiras as moças cujos futuros maridos não voltaram do campo de batalha, um maior número de destinos melancólicos a lamentar. Mas se a situação é na sua essência, a mesma, as circunstâncias são outras. Nem há na sociedade moderna, tão áspera e utilitária, lugar para as “tias” de antigamente, nem as mulheres de hoje se sujeitariam a viver tuteladas, numa minoridade artificial e deprimente.

A mulher se encontra, ou se perde, num mundo de estímulos contraditórios. Ao mesmo tempo em que a família, no caso das filhas das camadas mais favorecidas, a educava para ser uma boa *esposa-mãe-de-família-dona-de-casa*, era também estimulada a ser culta; e, no caso das filhas das camadas populares, a trabalhar e contribuir para o orçamento familiar. Além desses estímulos básicos de sobrevivência social, se acrescenta a novidade do mundo moderno; que a mulher tem conhecimento através da imprensa, da literatura, do rádio, do cinema e da própria convivência social.

Num artigo da revista Atlântida de fevereiro de 1945 é posto que o exemplo de mulher a ser seguido é o da atriz Joan Crawford; além de trabalhar, ela mesma cuida dos afazeres domésticos, de sua *baby* e de si mesma. O artigo considera louvável a atuação das mulheres das classes menos favorecidas que: trabalham, encaram o casamento como um acontecimento eventual e não um destino, competem e até superam o homem no trabalho, e ainda reivindicam seus direitos. E critica a filha das classes abastadas que não trabalha, age como parasita e considera emancipação: fumar, freqüentar clubes, ler Freud e jogar tênis. Contudo,

para ambas o artigo não perdoa o fato de desprezarem o zelo pelos afazeres domésticos, e afirma:

Ser moderna e independente, não implica em deixar de ser mulher, para se tornar simples máquina de trabalho ou boneca de salão. Todo encanto da personalidade feminina está nessa aptidão natural para os lazeres da casa.

Em outro artigo da mesma revista, do período de agosto de 1945, dessa vez assinado por uma tal de Madame Carmem, constata-se que “a mulher moderna possui mais direitos e franquias do que poderia sonhar a mais imaginativa das avós”; direitos que pouco valem, a partir do momento que os sentimentos entram em cena e elas “se entregam passivamente à direção do ‘eleito’”. A autora pretende alertar para que as mulheres não se deixem levar pelas “opiniões preconcebidas de quem quer que seja, pai, irmão ou marido” por ocasião das escolhas nas eleições que se anunciam.

Cândida Maranhão veio só para o Recife; seguindo o exemplo de vida da mãe batalhadora abandonada pelo marido, que para sobreviver aprendeu a ser parteira. Cândida, neta de senhor de engenho, filha de família que poderia ser mais favorecida, mas que encontrou a decadência material; enfrentou as dificuldades próprias de uma jovem de dezesseis anos, que chega do interior num outro mundo que é a capital. Chegou ao Recife à noite e não poderia se dirigir a Casa São José àquela hora, então foi buscar abrigo com uma amiga do tempo do Ateneu, Anita Wassermann, que estava no Recife para estudar odontologia e se hospedara na casa de uma tia; e com essa amiga, Cândida revela que aprendeu “a viver com os pés no chão... a pensar em dinheiro e ser capaz de [se] manter”. A amiga sugeriu que estudassem datilografia para poderem se sustentar enquanto estivessem no Recife. Cândida e suas amigas foram recepcionistas da Panair; e ela também deu aulas particulares de inglês e fazia aplicações de penicilina em domicílio.

Cândida queria ser médica; fez o curso pré-médico no Ginásio Oswaldo Cruz, no bairro do Derby. E para ficar mais próxima da faculdade e mesmo pelo valor da hospedagem se mudou para o Patronato São Vicente de Paula; nesse lugar contou com a proteção e o apoio da Irmã Superiora, irmã Rodrigues, “mulher forte e consciente que não se submetia às opiniões equivocadas de pessoas preconceituosas e ignorantes, porque sabia que Cristo foi o maior dos revolucionários...” (OTERO, 2003: 103). No seu livro conta das amizades que fez, nota-se a presença de muitos alunos e alunas de origem judaica, e dos professores, entre eles, Luiz de Góes e Waldemar de Oliveira.

Fazendo as contas, Cândida Maranhão deve ter chegado ao Recife em 1939 e mudou-se para o Patronato em 1940; segundo ela, ao passear de bonde com a amiga Urzi do Prado,

observou uma senhora jovem acompanhada por uma mocinha, ambas bem vestidas, e lhe veio um sentimento de inferioridade; a amiga como lhe adivinhando os pensamentos comentou: “A vida dessas mulheres é muito sem graça, eu acho que a nossa vida é melhor, tem mais movimento, eu não gostaria de ser como elas” (OTERO, 2003: 109). Esse comentário repercutiu em Cândida como um marco, “um ponto de partida para a realização de sonhos maiores, mais grandiosos, que abrangiam não só a mim, mas a toda a humanidade” (OTERO, 2003: 109)

Cândida Maranhão não precisa a data, mas diz que ao passar “naquela rua” que a levava ao centro da cidade descobriu a sede da Célula Universitária do PCB; entrou, escutou e se filiou ao partido. A partir daí passou a ser escalada para comícios na periferia da cidade e para os grandes comícios no Parque Treze de Maio, ao lado de Luís Carlos Prestes. A tímida Candinha se revelava outra pessoa no palanque, segundo ela, as palavras jorravam como cataratas. Mas, Cândida queria ser obstetra para ajudar a mãe que era parteira, então foi estagiar na recém inaugurada Maternidade de Afogados; entretanto, deixou o Patronato e foi morar na casa de Adalgisa Cavalcanti, que seria deputada estadual pelo PCB. Adalgisa queria que Cândida trabalhasse como repórter para a Folha do Povo, jornal do Partido Comunista do Brasil (PCB), e que ficava próximo a sua casa.

“Fiz reportagens em portas de fábricas, nas ruas e até criei coragem para entrevistar o governador Agamenon Magalhães e o senador Barbosa Lima Sobrinho, por ocasião de um encontro de dirigentes políticos nossos aliados” (OTERO, 2003: 110-111).

Provavelmente, Cândida se refere a um breve momento político pós-Estado Novo, nas eleições de 1947, quando o PSD (Partido Social Democrático) de Agamenon Magalhães negociou com o PCB, que já estava na ilegalidade como partido - mas sobrevivia enquanto sociedade civil -, visando o eleitorado recifense. Em janeiro de 1948 os deputados federais Agamenon e Barbosa Lima votavam contra o projeto Ivo Aquino de cassação dos mandatos comunistas (LAVAREDA, 1986: 78). No entanto, podemos observar que ela os trata como governador e senador, assim podemos supor que seja após 1950, ou a autora usa o tratamento por costume; mesmo porque Barbosa Lima nunca foi senador. A imprecisão da memorialista não invalida o relato, mas nos lança outros elementos para a investigação; o importante no caso é o registro da experiência com o movimento político do PCB.

Nas eleições municipais de outubro de 1947, Cândida Maranhão foi candidata à vereadora; mas foi orientada a guardar suas cédulas eleitorais e distribuir as do comitê

estadual para eleger os quadros do partido; mesmo assim foi eleita suplente e mais tarde, quando já se encontrava em Moscou, foi chamada a assumir a vaga, mas recusou por já estar casada e com filho. Foi nesse tempo de eleições, que conheceu o futuro companheiro, Francisco Leivas Otero, que era secretário geral do Comitê Estadual na época. Participava de viagens ao interior de Pernambuco, e nessas viagens era a única mulher, mas enquanto os homens ficavam em hotéis, ela ficava na casa de alguma família. Nessas andanças discursava até em feira, em cima de caixote; numa dessas, em Nazaré da Mata, foi atingida por ovos, mesmo assim continuou falando, até que um companheiro a cobriu com uma enorme bandeira nacional permitindo que concluísse seu discurso.

Mas, Cândida relata também as contradições que teve que enfrentar como militante do PCB. Suas amizades eram simpatizantes do movimento comunista até não serem incomodadas por ele. Enquanto repórter da Folha do Povo, Cândida teceu críticas à fábrica de propriedade do irmão de sua amiga Urzi, a família da amiga não gostou. O relato de memória dessa idosa senhora ainda considera uma gafe o que aconteceu, um exemplo de sua “inexperiência juvenil” (Otero, 2003:117), o desconforto ainda ressoa por ter atingido *sem querer* a família da amiga que a recebeu tão bem; contudo, sua postura, mesmo irrefletida, demonstrava coerência política.

O jornal Folha do Povo surge como um instrumento político muito importante para o Partido Comunista em Pernambuco; a falta de recursos é compensada pela ajuda literalmente do povo. As mulheres são as maiores responsáveis pelas arrecadações; cada um colabora com o que pode; e o jornal expõe o nome das pessoas e das entidades juntamente com a quantia oferecida; apresentam até uma vanguarda de auxílio à Folha, cujo destaque ficou com a candidata à vereadora Júlia Santiago da Conceição, que fez grande campanha pelo jornal no bairro do Cordeiro.

Ligas Femininas, de Donas de Casa, Sub-Comitês de Mulheres Pró-Democracia são fundados em diversos bairros do Recife, especialmente da zona norte, e também em Olinda e Camaragibe. A seção “Movimento Feminino” vai pouco a pouco se formando no jornal; dando conta das freqüentes notícias das mulheres se organizando, montando esquema de reivindicações para resolver os problemas do bairro, oferecendo palestras, fundando escolas de alfabetização para crianças e adultos, enfim, terminam por criar um espaço fixo na Folha do Povo. A foto de Cândida Maranhão é publicada constantemente ao lado de alguma palestra que irá ministrar – as mulheres organizaram uma semana de esclarecimentos sobre a tuberculose – ou alguma reunião em que está escalada como oradora, ou a comemoração de algum acontecimento, como foi o caso da queda da Bastilha. O Comitê das Mulheres Pró-

Democracia organizou o evento para o dia 14 de julho de 1947 no Teatro Santo Isabel, com a presença dos oradores: “Gilberto Osório, Luiz Magalhães Melo, Severino Mario, Osvaldo Gadelha, Paulo Cavalcanti, Julião Francisco de Paula, Rodrigues Calheiros e Cândida Maranhão” (Folha do Povo, 19.07.1947); por “motivo superior” transferiu para o dia 16, mas o Secretário de Segurança Pública, Capitão Murilo Rodrigues, proíbe o evento por ordem do interventor Amaro Pedrosa. O Comitê de Mulheres “protesta energicamente pela atitude antidemocrática”.

Em 20 de julho de 1947 a Folha do Povo, em artigo que comenta a importância do movimento criado pelo Comitê das Mulheres Pró-Democracia, anuncia que o Comitê lançará seu primeiro periódico “Tribuna Feminina”; ressalta para que não se observem as falhas do jornal, mas que os homens sigam o exemplo dessas mulheres democratas que defendem a Constituição e “lutam contra os exploradores do povo, a carestia de vida e o cambio negro. Não lutando isoladamente, mas alertando e organizando o povo para essa luta”. O artigo ainda afirma que...

“[...] sem ser comunista, depois do fechamento do PCB, o Comitê de Mulheres Pró-Democracia, em Pernambuco, é a única organização que está levando à prática as palavras de Prestes, isto é, está provando ‘que a política não se aprende nos livros nem nas academias, mas organizando na prática da própria atividade política’”.

Contudo, apesar do entusiasmo feminino revelado em julho, em outro artigo de seis de setembro de 1947, Patrício Potiguar ao escrever sobre “As Organizações Femininas” lamentava que a participação feminina nos problemas do país ainda não atingiu “a amplitude necessária”. Convida para que participem do Comitê “todas aquelas que desejem lutar ao lado do povo contra a inépcia governamental, contra a nova tirania que se vem querendo implantar no Brasil e pela solução imediata de nossos problemas vitais”. Potiguar tenta sensibilizar a mulher naquilo que é fundamental para uma família: manter a despensa de alimentos da casa abastecida. Argumenta que “os desacertos administrativos, as crises econômicas e o garroteamento das liberdades públicas” atingem em cheio a economia doméstica; o que significa que a dona de casa terá dificuldades em manter o equilíbrio orçamentário e emocional da casa. O autor considera que, se a mulher, ao superar preconceitos, concorre com o homem no trabalho e nos estudos deve também participar da vida política; organizando-se na luta por dias melhores.

O direito de voto proporciona a mulher visibilidade política; antes, apenas apoio discreto nas lutas dos homens; nesse momento, sua presença é mais exigida; tanto que, por ocasião da campanha eleitoral de dezembro de 1945, quando da eleição para a Presidência e

para a Assembléia Constituinte, as alas femininas já se mostravam presentes nos partidos. Em outubro de 1945, num comício pró Eduardo Gomes, a senhorita Juracy Bezerra discursa como representante da Coligação Feminina da UDN (União Democrática Nacional), ela se dirige especialmente às mulheres: “temos uma missão a cumprir [...] mostrar a cada cidadão brasileiro que soou a hora da libertação [...]” (Diário de Pernambuco, 11.10.1945).

Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, Júlia Santiago da Conceição e Cândida Maranhão Otero participaram ativamente das lutas políticas dessa época. No entanto, suas histórias são pouco conhecidas e divulgadas. Nem mesmo Paulo Cavalcanti, nas suas memórias *O Caso Eu Conto como o Caso Foi* (Quatro volumes; Recife: 1978, 1980, 1982, 1985) comenta sobre o movimento feminino nesse período, mal menciona Adalgisa e Júlia, sobre suplência e composição de chapa.

Podemos encontrar informações sobre Adalgisa no *site* da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco; entre os perfis parlamentares, que destaca a “Presença Feminina” no legislativo; o texto comenta também sobre outras mulheres na política. Quanto a Júlia, se o arquivo da Câmara possuir um pasta específica – como todo, ou quase todo parlamentar que passa pela Casa José Mariano possui – ainda precisa ser descoberta. O arquivo, apesar de ter passado por uma organização, ainda há muito que fazer, especialmente, quanto à localização adequada do seu acervo. Assim, além de esmiuçar os livros de atas para encontrar a presença registrada de Júlia nas plenárias, algumas poucas referências podem ser encontradas no Folha do Povo; há uma pequena biografia no site da Secretaria da Mulher do Governo de Pernambuco, no link Pernambucanas na História, no entanto, o texto omite informações sobre sua atuação clandestina, que seriam encontradas em outra pequena biografia na web, no qual se percebe que concedeu uma entrevista (o endereço foi perdido e não aparece mais no Google). Quanto a Cândida esta aparece quase que diariamente no Folha do Povo da época; e pesquisando na net encontram-se referências de suas últimas(?) atividades (holísticas; set/2008 em Porto Alegre) e até o livro que escreveu sobre sua vida.

Adalgisa, nascida em 1905, em Canhotinho (PE); filha de pequenos agricultores, se encantou pela Coluna Prestes. Apesar do pouco estudo, empenhou-se em estudar o marxismo; presa por diversas vezes por sua militância no PCB; atuou na clandestinidade; e em 1947 foi eleita deputada estadual. Lutou pelos direitos de operários, dos ambulantes, das professoras, conseguiu a aprovação do projeto que concede abono familiar às funcionárias públicas estaduais.

Júlia, segundo o texto da Secretaria da Mulher, cuja autoria é de Cristina Buarque, nasceu em São Lourenço da Mata, filha de camponeses, com dez anos veio trabalhar na

indústria têxtil do Recife; alfabetizou-se sozinha. Líder operária, de acordo com o texto perdido na web, nunca se filiou ao PCB, apesar de ter feito parte do Comitê Nacional. Trabalhou para o partido infiltrada na direção do Cotonifício Othon Bezerra de Melo, no Círculo Operário e no Bloco de Carnaval Pavão Dourado, do qual faziam parte muitos policiais. Observando nas atas e nos anais da Câmara do Recife, a atuação da vereadora Júlia Santiago, única mulher, constrangida por sua pouca instrução e pela imposição masculina no ambiente, raramente tem sua fala é registrada em ata; percebemos sua preocupação com a carestia, a saúde, a iluminação, a educação; discursou em defesa da mulher trabalhadora e requereu apoio para grandes movimentos que as mulheres organizavam numa reação à campanha anti-soviética liderada pelo governo norte-americano, e contra o autoritarismo do governo Dutra. Disse Júlia na Assembléia Ordinária do dia 23 de fevereiro de 1949 sobre as condições da mulher trabalhadora:

Como operária tecelã, acho-me credenciada para dizer desta tribuna, que apesar de ser a operária brasileira uma viga mestra nas riquezas nacionais, vive submetida a salários de fome e de miséria, sujeita a uma série de opressão, relegada ao descaso e abandono, desamparada pelas leis trabalhistas que não passam de simples ficção e ironia ao estado de operária esquecida e criminosamente explorada. [...].

Filiadas, ou não, atuaram junto ao Partido Comunista do Brasil, principalmente pela democracia, pela paz (ou seja, contra a guerra fria) e pelas camadas populares; acompanhando a luta operária por melhor remuneração, condições de vida, de trabalho e direitos reconhecidos.



Adalgisa Cavalcanti

Cândida Maranhão

Júlia Santiago da Conceição

(Fonte das fotos: Folha do Povo, 1947)

Fontes e Referências Bibliográficas:

Atas da Câmara Municipal do Recife, Dez/ 1947 -1950.

Diário de Pernambuco. Recife, 1945.

Folha do Povo. Recife, 1945-1947.

CAVALCANTI, Paulo. *O Caso Eu Conto Como o Caso Foi. Memórias Políticas*. SP: Alfa-Omega, 1º volume, 1978./ Recife, Editora Guararapes, 2º volume, 1980./ Recife, Editora Guararapes, 3º volume, 1982./ Recife: Editora Guararapes, 4º volume, 1985.

LAVAREDA, Antonio & SÁ, Constança (orgs). *Poder e Voto: Luta Política em Pernambuco*. Recife: Ed. Massangana, 1986.

Revista Atlântida. Recife, Março-Agosto/ 1945.

www.alepe.pe.gov.br/perfil/presencafeminina

www.portais.pe.gov.br